

Sumário

Prefácio	1
Apresentação.....	3
Introdução.....	7
Capítulo 1 – Planejamento Tributário	13
1.1 Planejamento Tributário X Motivação	13
1.2 Teorias da Evasão Fiscal e Elisão Fiscal.....	23
1.3 Teoria da Elisão Abusiva	32
1.4 Combate à elisão abusiva	37
1.4.1 Teoria do abuso do direito	37
1.4.2 Teoria do abuso de forma.....	44
1.4.2.1 Abuso de forma e o negócio jurídico indireto.....	49
1.4.2.2 Teoria do uso abusivo da personalidade jurídica.....	58
1.4.3 Teoria da fraude à lei.....	60
1.4.4 Teoria do propósito negocial	67
1.4.4.1 Teorias de combate ao Planejamento Tributário Abusivo nos EUA	68
1.4.4.1.1 A teoria da substância sobre a forma (<i>substance over form</i>).....	70
1.4.4.1.2 A Teoria do Propósito Negocial – <i>business purpose test</i>	73
1.4.4.1.3 Teoria da Substância Econômica (<i>economic substance</i>).....	78
1.4.4.1.4 Teoria da transação simulada (<i>sham transactions theory</i>).....	79
1.4.4.1.5 Teoria das transações em etapas (<i>step transaction</i>)	83

1.4.4.1.6 A Teoria da canalização de receitas (<i>conduit doctrine</i>)	85
1.4.4.1.7 A Teoria da cessão da renda (<i>assignment of income</i>)	85
1.4.4.2 Positivação das teorias do <i>Common Law</i>	86
1.4.4.3 O “Propósito Negocial”, a “Substância Sobre a Forma” e a “Substância Econômica” no Direito Tributário Brasileiro	92
1.5 Simulação.....	100
1.5.1 Simulação como causa.....	104
1.5.2 Simulação e abuso de direito	111
1.5.3 Simulação Fiscal	111
Capítulo 2 – Jurisprudência da CSRF do CARF.....	119
2.1 O Processo Administrativo Federal e o CARF	119
2.2 Metodologia para a escolha das decisões do CARF a serem analisadas	128
2.3 A motivação da escolha das decisões prolatadas pela CSRF.....	129
2.4 Critério utilizado na escolha das decisões	130
2.5 Questionário	131
2.6 Da composição dos resultados <i>in abstracto</i>	137
2.6.1 Quanto aos resultados das decisões e assuntos tratados	137
2.6.2 Quanto à simulação	138
2.6.3 Quanto ao abuso	138
2.6.4 Quanto aos marcos temporais, pessoas interdependentes/ independentes e o motivo extratributário	138
2.6.5 Quanto aos fundamentos legais.....	139
2.6.6 Quanto à multa qualificada	139
2.6.7 Do resultado.....	140
2.7 Da análise das decisões selecionadas <i>in concreto</i>	140
2.7.1 Quanto aos resultados das decisões e assuntos tratados.....	140
2.7.2 Quanto à simulação	145
2.7.3 Quanto ao abuso.....	149

2.7.4 Quanto aos marcos temporais, pessoas interdependentes/ independentes e o motivo extratributário	159
2.7.5 Quanto aos fundamentos legais	163
2.7.6 Quanto à multa qualificada.....	166
2.7.7 Resultado	173

Capítulo 3 – Categorização das decisões e formação de um critério objetivo	175
3.1 Considerações iniciais.....	175
3.2 Reorganizações societárias envolvendo a formação do ágio e seu aproveitamento	177
3.2.1 Legislação	177
3.2.1.1 Ágio e o Decreto-lei nº 1.598/77	177
3.2.1.2 Ágio na Lei nº 9.532/97	183
3.2.1.3 Ágio na Lei nº 12.973/14	187
3.2.2 Da análise da CSRF sobre o ágio nas decisões analisadas	188
3.2.2.1 Elementos legais para reconhecimento do aproveitamento do ágio com fundamento na rentabilidade futura	190
3.2.2.2 Elementos periféricos que constituem indícios de que a operação que gerou o aproveitamento do ágio é legítima ou ilegítima	195
3.2.2.3 Da simulação	201
3.2.2.4 Dos fundamentos do abuso	203
3.2.2.5 Da multa qualificada.....	204
3.2.2.6 Dos dispositivos legais examinados.....	207
3.2.2.7 Fixação de critérios objetivos para apropriação do ágio.....	208
3.3 Reorganizações Societárias/Operacionais envolvendo matérias diversas do ágio.....	211
3.3.1 Regime de Tributação	211
3.3.2 Reorganização operacional e societária: Segregação de atividades.....	216

3.3.3 Reorganização operacional e societária com a criação de pessoa jurídica imobiliária.....	220
3.3.4 Reorganização operacional: Omissão de Receitas.....	224
3.3.5 Reorganização Societária: criação de subsidiária no exterior	225
3.3.6 Reorganização Societária: “Casa Separa”	226
3.3.7 Reorganização Societária: prejuízo fiscal	226
3.3.8 Reorganização Societária: Permuta.....	227
3.3.9 Glosa de despesa e distribuição disfarçada de lucros.....	228
3.3.10 Fixação de critérios objetivos quanto aos planejamentos que envolvem reorganizações operacionais e societárias diversas do ágio.....	230
3.4 Fixação de um padrão de argumentos envolvendo a totalidade das decisões analisadas	233
3.5 Da ausência de regras de controle a planejamentos fiscais no Brasil	240
3.5.1 As cláusulas antielisivas no Brasil.....	240
Conclusão	255
Posfácio	273
Referências	275
Apêndice A – Referências aos votos do CARF – analisados nos questionários	293
Apêndice B – Análise das decisões da CSRF na forma da metodologia exposta no capítulo 2 – Questionários.....	295